

Pobreza, Distribuição de Renda e Bem-Estar Infantil na América Latina: Uma Comparação de Dados Anteriores e Posteriores à Recessão

OSCAR ALTIMIR()

RESUMO – A tradicional dependência externa da maioria das economias latino-americanas e seu recente modelo de desenvolvimento tornaram-nas particularmente vulneráveis às sérias e inesperadas mudanças na economia mundial, iniciadas em 1979-80. Mesmo os países com economias menos abertas viram-se obrigados a buscar adaptações à nova situação mundial que são, tanto em sua natureza como em suas conseqüências, essencialmente diferentes daquelas das economias industriais interdependentes.

Este artigo procura avaliar o impacto dessas recentes mudanças econômicas sobre as condições de vida das populações do Chile, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Venezuela. Fundamenta-se em dados domésticos e restringe-se aos aspectos das condições de vida familiar que são passíveis de observação através das variáveis incluídas nos levantamentos sobre trabalho. Analisa as mudanças ocorridas na distribuição de renda total, o movimento de diferentes grupos sócio-econômicos dentro da pirâmide de renda e as mudanças nas estratégias de subsistência desses grupos.

O autor pertence à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina, Santiago do Chile. Tradução de William Wright. Revisão Técnica de Leda Paulani.

() Registram-se aqui os agradecimentos à assistência eficiente e incansável de Marilú Avendaño, Mabel Bullemore, Juan Carlos Feres e Pedro Tejo, que prepararam os dados e analisaram as tabulações. Os pontos de vista manifestados neste ensaio são do autor e não necessariamente do UNICEF.

1. A Crise do Desenvolvimento da América Latina

As características da presente recessão mundial já foram objeto de ampla análise (ver, por exemplo, Banco Mundial, 1983). Seu impacto sobre a região da América Latina vem se agravando e se expandindo, tornando-se mais complexo em muitos países devido à deterioração dos processos e mecanismos que caracterizaram seus recentes modelos de desenvolvimento.

TABELA 1
AMÉRICA LATINA: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

Indicador	1975-78	1979	1980	1981	1982
Taxas médias (%) a.a.					
Produto nacional bruto	5,1	6,5	5,9	1,5	-0,9
Produto nacional bruto <i>per capita</i>	2,5	3,9	3,4	-0,9	-3,2
Receita nacional bruta real	5,0	7,2	6,6	0,8	-1,5
Termos de troca de mercadorias e serviços	-0,7	4,8	4,8	-5,5	-6,2
Valor corrente de exportação de mercadorias e serviços	14,3	33,7	28,7	8,0	-9,0
Valor corrente de importação de mercadorias e serviços	12,0	26,4	31,1	8,9	18,2
Bilhões de dólares					
Balança de transações correntes	13,8	-19,5	-28,1	-38,8	-36,3
Total de reservas (menos ouro)	23,7	38,5	35,4	34,1	23,1
Dívida externa global bruta (*)		166,6	204,3	242,5	262,9
Percentagens de exportação de mercadorias e serviços					
Balança de transações correntes	26,8	-23,7	-26,5	-34,0	-35,0
Pagamentos líquidos de lucros e juro	14,9	16,5	16,9	24,0	35,2

(*) Não inclui *supplier credits* sem garantia oficial.

Fonte: ECLA.

A produção *per capita* regional, que cresceu à média de 2,9% a.a. durante 1975-79 (apenas dois países mostrando reduções permanentes), continuou a aumentar na região como um todo em 1980, mas em um maior número de países começou a decair. A produção *per capita* real, para o conjunto da América Latina, caiu cerca de 1% em 1981 e 3,2% em 1982. No conjunto regional, dez dos vinte países latino-americanos estavam, já em 1981, sentindo a queda de sua produção *per capita* real, e em 1982 as mercadorias e os serviços disponíveis decaíram em todos os países, salvo em Cuba e Panamá.

Como mostra a Tabela 1, a queda nas exportações da América Latina ficou patente em 1981, afetando não só os países exportadores de petróleo como também os demais. Esta situação agravou-se com a deterioração dos termos comerciais, que

desde 1978 os países não-exportadores de petróleo já vinham experimentando. A forte redução das importações em 1982 não diminuiu, por via de regra, a lacuna externa causada pela redução no volume de exportação, pela queda dos termos comerciais e pela vertiginosa alta dos pagamentos de juros. O déficit de conta corrente da região como um todo, que alcançara a média de US\$ 15 bilhões a.a. em 1975-79, subiu para US\$ 28 bilhões em 1980 e US\$ 39 bilhões em 1981, baixando pouco, para US\$ 36 bilhões, em 1982. Os pagamentos de juros, que, em 1979, representavam 17% do valor das exportações (numa dívida global bruta de cerca de US\$ 200 bilhões), atingiram 24% das exportações em 1980 e 35% em 1982 (numa dívida que ultrapassava os US\$ 260 bilhões).

Na atual circunstância de racionamento

de crédito e problemas com a balança de pagamentos, a maior parte dos países latino-americanos encontra-se encurralada numa situação um tanto kafkiana. Por um lado, a renegociação da dívida externa implicaria um tipo de ajustamento que levaria ao agravamento da recessão interna para além de níveis socialmente toleráveis, enquanto sua enfraquecida participação em mercados externos instáveis, aparentemente não lhes permite gerar recursos suficientes para enfrentar um ônus financeiro sem precedentes. Por outro lado, o próprio fracasso em cumprir tais compromissos e em gerar os recursos necessários para pagar o montante de juros da dívida externa concorre negativamente para a obtenção de novo financiamento suplementar, indispensável para formulação de soluções viáveis e de longo prazo.

A presente recessão mundial revelou as limitações estruturais do desenvolvimento dependente que predomina na América Latina, as quais foram encobertas temporariamente durante duas décadas de mercados externos em expansão, elevações de preços de vários produtos básicos da região e baixas taxas de juros internacionais, aliados, nos meados da década de 1970, ao repentino aumento de financiamento particular que se seguiu à recirculação de petrodólares. Reaparecem desequilíbrios estruturais internos e externos: a persistência de pressões inflacionárias, não obstante a rigorosa política de ajustamento; a disparidade entre recursos, sua distribuição e expectativas criadas pelo próprio sistema de desenvolvimento; e as dificuldades de se intensificar a industrialização ao mesmo tempo em que se superam os atrasos tecnológicos.

Não é certo, por conseguinte, que a reação dos países latino-americanos à recuperação internacional seja proporcional ao impacto recessivo e que os múltiplos efeitos da tendência descendente atuem no sentido oposto com a mesma intensidade do PNB latino-americano, mesmo desconsiderando as maiores perdas do

bem-estar (Singer, 1983) acarretadas para a totalidade da população latino-americana.

Ao mesmo tempo, é difícil separar o impacto da recessão mundial sobre os níveis de subsistência da população dos efeitos produzidos pelo esgotamento dos mecanismos de expansão anteriormente em atividade, ou dos efeitos da política de ajustamento colocada em prática sob condições externas prévias e que realçou a crise do modelo de desenvolvimento antes mesmo que a recessão mundial o fizesse.

2. A Abordagem e os Dados

As conseqüências duradouras da crise latino-americana foram predeterminadas por seu caráter estrutural, que destaca a necessidade de um contínuo controle sobre as mudanças nas condições de vida. No momento, isto pode ser feito extraindo-se os indicadores relevantes das informações fornecidas por estudos familiares periódicos, comparáveis em dado espaço de tempo, embora suas técnicas de descrição, definição e alcance não sejam bastante adequadas para estimar as condições de vida e suas mudanças (Altimir e Surrouille, 1980). Espera-se que tais limitações na observação de possíveis danos nos delicados tecidos sociais levem aqueles a quem cabe tomar decisões e os estatísticos a planejar e a investir em instrumentos mais apropriados para a avaliação e análise dos níveis de vida.

A abordagem analítica adotada neste ensaio adaptou-se à disponibilidade de informação. A base de dados escolhida constitui-se de estudos domésticos sobre emprego, comparáveis em dado espaço de tempo, cujos dados estavam incorporados ao Banco de Dados da ECLA e, portanto, podiam ser processados prontamente⁽¹⁾

(1) O Data Bank of Economic and Social Statistics (BADESTAL) da ECLA inclui

TABELA 2

LEVANTAMENTOS DOMÉSTICOS UTILIZADOS

Países	Denominações do levantamento	Realizadora	Ciclos usados		Cobertura geográfica
			Para período-base	Para 1982	
Chile	Levant. de emprego e desemprego	Universidade do Chile	junho, 1982	junho	Grande Santiago
Colômbia	Levantamento doméstico nacional	DANE	setembro, 1979	setembro	Sete cidades principais
Costa Rica	Levantamento doméstico nacional	DGEC	julho, 1979	julho	Nacional
Panamá	Levantamento de potencial humano	DEC	agosto, 1979	março	(a) área metropolitana
Venezuela	Levantamento de amostragem familiar	DGECN	segundo semestre de 1980	primeiro semestre	(b) região dos Andes

Os países compreendidos são Chile, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Venezuela. As características dos estudos acham-se incluídas na Tabela 2.

Os estudos sobre trabalho não fornecem as melhores informações para a análise das condições de vida, mas são os únicos realizados em muitos países latino-americanos em bases periódicas e comparativas (CEPAL, 1983). Não fornecem medidas de *output* em termos de satisfação de necessidades. Mesmo em termos de me-

das de *input*, os estudos domésticos não oferecem dados que ilustrem o quadro como um todo; os dados sobre serviços sociais, tais como os analisados por Foxley e Raczynski (1983), esclarecem o efeito provável da crise sobre os componentes dos níveis de vida que estão sujeitos ao acesso aos serviços públicos básicos, ou à assistência para educação, saúde, habitação ou trabalho. Dados comparáveis e atualizados desse tipo, porém, nem sempre são facilmente obtensíveis ou decifráveis.

um banco de dados de levantamentos familiares (BADEHOG), que visa a tornar acessíveis para pesquisa microdados extraídos dos principais levantamentos domésticos e realizados com diferentes propósitos nos países da América Latina por institutos nacionais de estatística. O esforço especial de incorporar os mais recentes levantamentos na análise do impacto da crise contou com a cooperação do UNICEF e a colaboração ativa da maior parte dos institutos nacionais de estatística, a quem os dados foram solicitados. Afóra os dados dos países enfocados nesta análise, atrasos e dificuldades técnicas impediram que fossem analisados a tempo os dados fornecidos pelos institutos nacionais da Argentina, Bolívia, México e Peru.

A escolha dos países foi, assim, determinada pela disponibilidade de dados de estudo doméstico. Embora o conjunto não seja inteiramente representativo de todas as reações nacionais à crise, ele é bastante diferenciado para permitir um discernimento quanto à direção, à magnitude e às características do impacto sócio-econômico da crise em diversos contextos econômicos, políticos e de programas de ação⁽²⁾.

(2) Para descrições detalhadas desses programas, ver Foxley (1982) e French-Davis (1983).

O alcance dos estudos disponíveis limita o escopo desta análise. Os relativos à Colômbia, Chile e Panamá cobrem apenas as principais áreas urbanas. Por outro lado, o alcance nacional do exemplo venezuelano permitiu que a análise enfocasse tanto a área metropolitana da capital quanto a das regiões. Os dados para a Costa Rica também são de alcance nacional. No caso da Costa Rica e do Panamá, os dados relativos à renda cobrem apenas ordenados e salários, restringindo desse modo a análise a famílias de empregados.

Como consequência dessas limitações dos dados, a estimativa do impacto da crise concentra-se, primordialmente, nas famílias urbanas. É provável, naturalmente, que as condições rurais também tenham sido atingidas. Os preços internacionais da maior parte das exportações agrícolas da região baixaram entre 1979 e 1982. Ademais, embora a produção agrícola de 1982 tenha sido mais elevada, em termos reais, que a de 1972, os preços relativos voltaram-se contra a agricultura. Entretanto, como a marcha desses acontecimentos negativos afetou principalmente a agricultura comercial, seus efeitos sobre os segmentos mais pobres da população rural devem, presumivelmente, ter sido amenizados.

Em todos os cinco países, os resultados dos estudos correspondentes a um período imediatamente anterior à crise são comparados com aqueles que foram extraídos dos últimos estudos disponíveis e utilizáveis.

O espaço de tempo abrangido pela análise não dá conta de todos, ou mesmo de quase todos os impactos da atual recessão econômica. Por um lado, as consequências iniciais, e bastante significativas, do programa interno de adaptação, executado bem antes da explosão da crise externa (como ocorreu no Chile) já haviam tomado lugar. Por outro lado, como já foi assinalado, a crise da América Latina per-

siste. Além disso, há uma série de lacunas, que diferem de país para país, entre a deterioração da situação externa e a execução do programa de adaptação decorrente, entre as mudanças nas condições econômicas e o ajustamento das famílias às estratégias de subsistência, entre essas mudanças nas condições de vida e os seus efeitos sobre os indivíduos como sujeitos do bem-estar e como agentes sociais.

Neste ensaio, as mudanças na distribuição de renda total e nos níveis de pobreza são analisadas em primeiro lugar. Em seguida, avaliam-se as mudanças na posição relativa de diferentes grupos sócio-econômicos na pirâmide de renda, enquanto também se levam em conta as mudanças nas estratégias de subsistência.

3. Condições Externas e Ajustamentos Internos

A crise externa atingiu duramente a economia do Chile e suas consequências sociais foram aumentadas por condições particulares e programas de ajustamento ao nível nacional. Como mostra a Tabela 3, o PNB *per capita* em 1980 ultrapassou o nível de 1970, enquanto a vulnerabilidade de setor externo aumentou. Em 1981 culminou um *boom* temporário, com ganhos no PNB *per capita* (especialmente no consumo *per capita*) e em salários reais, acompanhados por uma queda na taxa de desemprego. Contudo, os termos de troca continuaram a se deteriorar e a queda das exportações, em face da crescente importação, produziu um déficit da balança de pagamentos que quase alcança valor total das exportações. O *boom* interno era claramente financiado por uma dívida externa crescente. O término deste modelo de crescimento levou a uma profunda recessão, com o PNB *per capita* e o consumo pessoal em 1982 caindo 15,5% e 19,1%, com forte queda dos salários reais e de-

TABELA 3
INDICADORES ECONÔMICOS RELEVANTES DOS PAÍSES ESCOLHIDOS

Países e Períodos	PNB	PNB <i>per capita</i>	Consumo pessoal <i>per capita</i> (taxas médias a.a., %)	Preços ao consumidor	Salários reais	Desemprego urbano (% da força de trabalho)	Valor de export. import. (taxas médias a.a., %)	Termos de troca	Balança de transações correntes (% de exportação)	Pagamento de lucro e juros	
Chile											
1970-76	-1,3	-2,9	-4,9	208,7	-5,7	9,1	11,6	9,5	-8,3	-15,1	12,8
1976-80	8,5	6,7	5,4	48,4	10,3	13,7	25,4	37,2	-3,4	-25,7	15,0
81	5,7	3,9	11,3	19,7	11,7	9,0	-7,7	26,3	-13,7	-88,4	25,9
82	14,1	-15,5	-19,1	9,9	-2,9	20,0	-8,7	-39,7	-10,7	-48,6	40,8
Colômbia											
1975-79	5,7	3,4	3,3	22,1	4,0	9,7	20,1	17,9	7,7	7,8	8,4
80	4,1	1,9	2,2	28,0	0,2	9,7	17,4	39,2	9,8	-12,8	5,2
81	2,1	-0,1	-0,2	29,5	-0,2	8,2	-19,3	10,4	-15,2	-46,8	7,9
82	1,2	-1,0	-0,6	15,2	3,9	9,3	5,1	6,9	9,2	-50,8	12,9
Costa Rica											
1975-79	6,4	3,3	3,1	5,7	7,7	5,4	16,5	19,0	4,7	-35,9	10,6
80	0,8	-2,1	-6,0	18,1	-1,5	6,0	9,2	9,1	-6,6	-54,9	18,0
81	-4,6	-7,2	-8,3	37,1	-12,8	9,1	1,8	-20,6	25,7	-30,4	24,6
82	-6,3	-8,8	-5,2	90,1	-23,4	9,9	-11,1	-19,2	-7,4	-38,0	42,3
Panamá											
1975-79	4,2	1,7	3,9	5,2	-2,6(*)	9,7	7,6	8,4	-5,4	-25,4	6,1
80	5,3	1,1	4,5	13,8	3,9(*)	9,8	48,4	14,6	-6,2	-24,1	9,7
81	3,8	1,5	-1,0	7,3	-	11,8	4,0	9,6	0,6	-43,2	23,3
82	4,0	1,8	2,1	4,3	-	-	-3,4	1,7	-2,6	-35,7	17,5
Venezuela											
1975-78	6,0	2,4	5,6	7,5	2,3	6,4	1,6	28,7	-3,7	-16,1	-1,1
79	0,9	-2,5	2,4	12,3	3,9	5,8	52,6	-6,4	29,9	2,5	0,0
80	-1,8	-5,1	0,0	23,1	-1,0	6,6	33,5	6,5	25,7	23,8	-1,6
81	0,4	-3,0	-5,0	14,6	-3,8	6,8	3,7	13,0	2,9	19,5	-3,9
82	0,6	-2,7	-1,0	10,0	-1,0	8,2	-16,7	6,4	-0,7	-19,8	11,1

(*) Corresponde a salários mínimos.

semprego aumentando para 20% da força de trabalho⁽³⁾.

A Colômbia passou por uma recessão mais moderada. Os primeiros problemas em seu setor externo surgiram em 1979, quando uma queda dos termos comerciais corroe os lucros obtidos desde 1975. O crescimento começou a desacelerar em 1980 e o PNB *per capita* sofreu uma pequena queda em 1982. A deterioração do desempenho da exportação e dos termos comerciais em 1981 colocou o déficit da balança de pagamentos em conta corrente em torno dos US\$ 2 bilhões, um *gap* que apresentou quase 50% do valor da exportação. Devido aos contínuos aumentos na importação, este *gap* persistiu em 1982, apesar da parcial recuperação da exportação e dos termos comerciais. Como se pode observar na Tabela 3, o PNB *per capita* de 1982 ainda não caiu para os níveis de 1979, e os salários reais retomaram sua elevação.

A economia costarriquenha sofreu um forte impacto externo. Em 1978, o desequilíbrio externo começou a se acentuar, com um crescente endividamento financiando a folga entre a importação elevada, a exportação enfraquecida e os termos comerciais reduzidos. Em 1981 começou uma profunda redução da importação, mas a queda da exportação e dos termos comerciais em 1982 produziu um déficit da conta corrente que alcançou 38% do valor das exportações, com juros e lucros absorvendo uma proporção ainda maior dos recursos obtidos via exportação. Como se pode ver na Tabela 3, o PNB *per capita* real caiu cerca de 17% entre 1979 e 1982; os salários reais caíram cerca de 34% em face de uma acelerada inflação, enquanto a taxa de desemprego dobrou de 5 para 10% em 1982.

(3) O desemprego total foi estimado em 26% da força de trabalho, se se considera um programa de emprego de compensação que confere renda mensal de menos de US\$ 30.

O Panamá ficou quase isento da onda da recessão internacional. Embora os termos comerciais tenham se deteriorado, a expansão das exportações conservou a folga externa em torno de 40% de seu valor, menos da metade correspondendo a pagamentos de juros sobre uma dívida externa controlável. Contudo, o PNB continuou a crescer em torno de taxas históricas, com um PNB *per capita* aumentando cerca de 4,5% entre 1979 e 1982 e o consumo pessoal *per capita* em torno de algo mais.

A economia venezuelana de exportação de petróleo complicou-se por volta de 1978, principalmente por razões internas. Uma política econômica restritiva foi executada em 1979-80. A estagnação correspondente do PNB, conforme se observa na Tabela 3, antecipou o impacto externo de 1982, quando a significativa queda no valor das exportações e os pagamentos de juros elevados de uma considerável dívida externa ocasionaram, pela primeira vez, um déficit da conta corrente na balança de pagamentos, que atingiu um quinto das exportações. Como consequência da estagnação da atividade econômica, o PNB *per capita* caiu a uma taxa de 12,7% entre 1978 e 1982.

4. Distribuição de Renda e Pobreza

A Tabela 4 apresenta a distribuição da renda familiar, *per capita* por grupos de decil nos países e nas áreas indicados, ambos para um período anterior à recessão e para 1982. Estes dados não representam todas as desigualdades nos países envolvidos. Além das limitações já apontadas em relação aos conceitos de renda, cobertura de área e segmentos sócio-econômicos (indicadas na Tabela 4 para cada distribuição), faz-se necessária uma advertência geral, uma vez que, presume-se, dados de levantamento não retificados subestimam a concentração de renda (Altimir, 1983). Entretanto, como o alcance e as tendências de cada levantamento são comparados no tempo, a análise de diferenças nos resultados de levantamentos pode ser toma-

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA AGREGADA(*)

Percentil de grupos de família por renda per capita	Chile (Grande Santiago)		Colômbia 7 cidades principais		Costa Rica Nacional (+)		Panamá área metropolitana (†)		Venezuela					
	1981		1979		1979		1979		área metropolitana		região dos Andes		1982	
	1981	1982	1979	1982	1979	1982	1979	1982	1978	1982	1978	1982	1978	1982
1-10	1,7	1,5	0,8	0,8	2,2	2,6	3,2	3,0	3,5	3,3	2,6	2,9	3,5	3,3
11-20	2,9	2,7	1,4	2,1	4,0	4,3	4,1	4,8	5,4	5,4	4,1	4,3	5,4	5,4
21-30	3,6	3,5	3,7	3,2	4,9	5,4	4,8	5,2	6,7	6,6	5,1	5,7	6,7	6,6
31-40	4,6	4,5	4,7	4,0	6,0	7,6	6,9	6,5	7,7	7,5	6,1	6,7	7,7	7,5
41-50	5,2	5,6	5,5	5,4	7,3	7,7	8,2	7,8	8,6	8,4	7,5	8,1	8,6	8,4
51-60	6,7	6,6	6,0	6,9	8,3	9,8	8,5	8,9	9,4	9,9	8,5	9,1	9,4	9,9
61-70	7,5	8,3	9,0	8,9	9,5	9,8	11,3	9,4	11,0	10,9	10,5	10,5	11,0	10,9
71-80	9,7	11,0	11,7	11,8	12,1	11,1	12,8	12,7	12,4	12,4	12,3	13,0	12,4	12,4
81-90	15,1	17,4	16,7	16,9	17,3	15,3	15,6	15,1	14,9	15,6	16,8	15,5	14,9	15,6
91-100	43,9	38,9	39,9	40,0	28,4	28,2	24,6	27,3	20,1	20,0	26,5	24,2	20,1	20,0
Côeficientes de Gini	0,498	0,489	0,513	0,516	0,376	0,346	0,327	0,335	0,257	0,262	0,354	0,319	0,257	0,262
Varição Log	0,139	0,153	0,223	0,211	0,092	0,076	0,071	0,067	0,044	0,047	0,081	0,067	0,044	0,047
Renda média familiar (≠)	27,406	25,531	13,609	15,640	3146	1906	478	450	4225	3420	1795		4225	3420
Incidência de pobreza (% de famílias)	12,0	16,0	48,7	44,8	17,3	29,4	14,8	2,3	3,2	3,2	31,2	26,8	3,2	3,2
Conceitos de renda			Rendas primárias em dinheiro		Rendas primárias em dinheiro		Ordenados e salários em dinheiro		Ordenados e salários em dinheiro		Rendas primárias em dinheiro		Ordenados e salários em dinheiro	
Períodos de referência por renda			maio		agosto		junho		agosto		abril out.		outubro	

(*) Participações percentuais na renda total.

(†) Famílias chefiadas por empregados.

(≠) Rendas mensais a preços do período-base.

da como indicadora de mudanças na correspondente distribuição de renda total.

De acordo com essas estatísticas, modificações no conjunto da distribuição de renda aparentemente não tiveram grande significado na maioria dos países considerados, apesar de notáveis mudanças nas rendas real e monetárias. Assim, a análise deveria ir além desse quadro agregado, uma vez que essas mudanças podem ter alterado significativamente a posição relativa de diferentes grupos sócio-econômicos, que os indicadores conjuntos não exprimiriam.

A fim de dar uma visão das principais modificações que tiveram lugar na posição relativa de diferentes grupos sócio-econômicos, a Tabela 5 inclui dois coeficientes, (*R*) e (*B*), que indicam, respectivamente, a percentagem de famílias de cada grupo sócio-econômico que se deslocou abaixo do segundo quintil de renda e abaixo do terceiro quintil de renda. Assim, *R* indica deslocamentos para fora (negativo) e para dentro (positivo) do grupo dos 40% mais pobres o que, na América Latina, corresponde genericamente a uma noção de pobreza relativa. Da mesma forma, *B* indica genericamente deslocamentos acima (negativo) ou abaixo (positivo) da renda média de todas as famílias na distribuição.

De outro ponto de vista, a tendência à diminuição da pobreza absoluta, através de um crescimento econômico geral, sofreu um retrocesso nos países atingidos pela recessão. Para estimar-se mudanças na incidência de pobreza absoluta, devida à atual recessão de cada país, as distribuições correspondentes de famílias por renda familiar *per capita* foram isoladas por linhas de pobreza relevantes. Estas foram calculadas através da extrapolação dos padrões mínimos de consumo estimados para 1970 (Altimir, 1982). Nesta extrapolação, supôs-se que as expectativas criadas pelo próprio modelo de crescimento que predomina na América Latina determinariam um movimento ascendente de linhas

de pobreza absoluta, de acordo com o crescimento econômico geral. Por conseguinte, admite-se uma elasticidade de 0,25 com relação ao PNB *per capita* para extrapolar-se as linhas de pobreza de 1970 até o final da década, anterior ao período de crise⁽⁴⁾. As linhas de pobreza foram mantidas constantes em termos reais na nossa comparação de períodos, como um reflexo do fato de que as expectativas entrinçadas no sistema de valor e no comportamento coletivo ao longo do tempo podem ser posteriormente frustradas, mas jamais corroídas, quando há quedas de rendas e redução de oportunidades.

Em geral, isolar a distribuição de famílias conforme sua renda *per capita*, tal como é medida pelos levantamentos sobre trabalho que utilizam as linhas de pobreza correspondentes aos padrões mínimos de consumo, leva a superestimar a incidência de pobreza⁽⁵⁾. Entretanto, a comparação temporal de tais estimativas da porcenta-

(4) As linhas de pobreza estimadas por Altimir (1982) para a área correspondente (metropolitana, urbana ou nacional) em cada país, para 1970, foram extrapoladas em termos reais, aplicando uma elasticidade de 0,25 à taxa média de crescimento do PIB *per capita* — calculado regressivamente, para levar em conta apenas a tendência de crescimento de meio termo — de 1970 até o primeiro ano da presente comparação. Estas linhas a valores de 1970 foram posteriormente apreçadas, utilizando-se os índices de preços aos consumidores para todos os itens.

(5) Primeiramente, a renda medida cobre, no melhor dos casos, apenas as rendas primárias recebidas em dinheiro por famílias. Em segundo lugar, na base da distribuição, as famílias comumente consomem mais do que sua renda. Em terceiro, os breves períodos de referência usados nos levantamentos sobre trabalho podem resultar num número maior de situações de baixa renda, incluindo as que são apenas temporárias. Finalmente, descrições difusas deslocam para baixo toda a distribuição (para uma discussão detalhada, ver Altimir, 1982).

gem de famílias em pobreza, na hipótese de que as tendências têm a mesma direção e grau similar em ambos os anos, pode oferecer uma idéia bastante precisa das *mudanças* na incidência da pobreza. É apenas por isso que essas medidas tendenciosas da pobreza foram incluídas na Tabela 4, e as medidas correspondentes da incidência da pobreza por grupos sócio-econômicos foram incluídas na Tabela 5.

(a) Chile

A distribuição de renda no Chile tem, sem dúvida, sofrido consideravelmente, refletindo as recentes flutuações econômicas. A renda média das famílias urbanas caiu em termos reais (cerca de 8% em Santiago, segundo os levantamentos). É nítida a queda na participação da renda total que cabe às famílias no decil superior: de 43 para 39%. Aparentemente, o deslocamento relativo favoreceu as camadas média-altas entre o sexagésimo e o nonagésimo percentil de distribuição, cujas rendas reais foram mantidas, não obstante a recessão generalizada. As estatísticas mostram apenas uma pequena queda na participação dos 40% mais pobres, tendo caído sua renda média para cerca de 10% em termos reais.

A Tabela 5 mostra claramente que a queda nas rendas reais no Chile teve maior impacto sobre as famílias de operários, dos que trabalham com transporte (tanto empregados como autônomos), dos comerciantes e vendedores. Famílias de profissionais e executivos (empregados ou autônomos) e de funcionários administrativos ou das forças armadas melhoraram sua posição relativa.

A queda das rendas familiares no Chile acarretou um significativo aumento na incidência de pobreza. As estimativas para a Grande Santiago indicam que talvez 4% a mais de famílias enquadraram-se na categoria pobreza, aumentando a incidência de pobreza em um terço. Embora não façam parte da Tabela 5, os dados de

levantamento mostram que a pobreza aumentou mais (cerca de 60%) entre famílias de trabalhadores autônomos e funcionários de escritório.

(b) Colômbia

O exemplo colombiano revela apenas uma pequena queda na participação dos 40% mais pobres entre 1979 e 1982, e pouca mudança na posição relativa de outras camadas, com um aumento real de quase 15% na renda familiar média⁽⁶⁾. Porém, além da estabilidade da distribuição de renda total, ocorreram significativas mudanças na posição relativa de grupos sócio-econômicos. Famílias de operários e de trabalhadores autônomos em serviços e indústria melhoraram a sua posição relativa. Por outro lado, empregadores, empregados, executivos e profissionais autônomos desceram um pouco na pirâmide de renda, enquanto famílias de funcionários de escritório mantiveram mais ou menos sua posição relativa na distribuição total.

O aumento significativo das rendas familiares e a estabilidade da distribuição total da renda ocasionaram uma ulterior redução na incidência de pobreza na Colômbia, com cerca de 8% da porcentagem alcançada em 1979, segundo os critérios normativos utilizados neste exercício. Contudo, nem todos os grupos sócio-econômicos foram bem-sucedidos. Como se

(6) Este aumento na renda média familiar entre os dois levantamentos, em face de um aumento de cerca de 1% no PIB *per capita* e no consumo pessoal conjunto *per capita*, tende de fato a refletir uma mais favorável evolução de curto prazo das rendas familiares, do que das rendas apropriadas por outros setores institucionais, e um melhor desempenho das rendas urbanas do que das rurais, uma vez que a explicação alternativa de uma melhoria na qualidade dos dados de levantamento *vis-à-vis* estimativas de contas nacionais parece bastante artificial.

TABELA 5

INCIDÊNCIA DE POBREZA E DESLOCAMENTOS NA POSIÇÃO RELATIVA DE GRUPOS SÓCIO-ECONÔMICOS
NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA(*)

(continua)

Grupos sócio-econômicos	Famílias em cada grupo (%)		Ano-base				1982				Diferenças			
	P	R	P	R	B	P	R	B	P	R	B	Δ P	Δ R	Δ B
I. Chile														
Trabalhadores profissionais, técnicos e afins	10,5	7,3	17,6	7,2	14,3								-0,1	-3,3
Executivos	1,9	-	-	-	-								-	-
Funcionários administrativos e de escritório	12,0	21,9	42,4	20,2	39,7								-1,7	-2,7
Vendedores	14,4	36,1	55,4	39,0	57,5								2,9	2,1
Outros trabalhadores	9,9	57,3	78,7	57,9	79,4								0,6	0,7
Operadores de equipamento de transporte e trabalhadores	7,3	44,0	70,7	43,8	74,0								-0,2	3,3
Trabalhadores da produção	30,8	52,0	74,8	56,8	78,8								4,8	4,0
Forças armadas	1,0	22,0	66,7	-	36,8								-22,2	-29,9
Outros trabalhadores	12,1	53,3	71,4	49,3	72,2								-4,0	0,8
Total	100,0	40,0	60,0	40,0	60,0	12,0	16,0	4,0					0,0	0,0
II. Colômbia														
Empregados fora da agricultura														
- executivos, profissionais e técnicos	9,9	7,5	17,7	12,1	23,6	10,1	14,0	3,9					4,6	5,9
- vendedores e funcionários de escritório	12,8	28,1	46,9	27,7	48,5	36,3	31,9	4,4					-0,4	1,6
- trabalhadores manuais e de serviços	45,6	53,4	76,2	51,3	71,4	36,7	56,0	19,3					-2,1	-4,8
Autônomos fora da agricultura	2,0	15,0	24,3	16,3	31,4	17,0	19,9	2,9					1,3	7,1
- profissionais e técnicos	9,1	38,3	63,6	33,4	55,4	50,1	38,7	11,4					-4,9	-8,2
- comerciantes e operadores de equipamento de transp.	12,6	44,1	67,8	40,5	63,4	54,6	45,8	9,0					-3,6	-4,4
- atividades manuais e outras de serviços	6,4	19,3	31,1	23,7	38,5	25,3	26,6	-1,3					4,4	7,4
Empregadores fora da agricultura	98,4	39,8	60,0	40,3	60,0	48,7	44,8	-3,9					0,5	0,0
Total														

	(conclusão)									
VI. Venezuela: Região de Caracas										
Empregados na agricultura	9,4	58,7	64,8	85,2	51,9	64,2	77,1	-6,8	-0,6	-5,4
Empregados fora da agricultura										
- executivos, profissionais e técnicos	7,1	4,4	7,8	18,0	4,8	8,9	19,9	0,4	1,1	1,9
- vendedores e funcionários de escritório	4,2	13,5	23,8	47,9	13,1	24,4	46,7	-0,4	0,6	-1,2
- trabalhadores manuais e de serviços	23,4	27,9	38,7	63,8	21,6	38,1	63,6	-6,3	-0,6	-0,2
Fazendeiros	24,9	44,0	57,8	74,7	35,7	51,6	71,2	-8,3	-6,2	-3,5
Autônomos fora da agricultura										
profissionais e técnicos	1,6	6,4	13,5	25,3	4,9	18,8	30,5	-1,5	5,3	5,2
- comerciantes e operadores de equipamento de transp.	10,3	18,8	29,0	51,0	17,4	28,3	50,6	-1,4	-0,7	-0,4
- atividades manuais e outros serviços	4,4	39,8	48,9	68,3	33,6	48,1	64,8	-6,2	-0,8	-3,5
Empregadores fora da agricultura	6,4	5,5	6,7	18,3	3,6	8,1	26,8	-1,9	1,4	8,5
Inativos	8,3	37,8	50,0	70,2	36,5	50,2	69,3	-1,3	0,2	-0,9
Total	100,0	31,2	41,0	60,2	26,8	40,2	60,3	-4,4	-0,8	0,1

(*) Percentagens de famílias em cada grupo sócio-econômico.

(P): percentagem de famílias abaixo da faixa de pobreza.

(R): percentagem de famílias abaixo do quadragésimo percentil de renda da distribuição de todas as famílias.

(B): percentagem de famílias abaixo do sexagésimo percentil de renda da distribuição de todas as famílias.

(≠) Exclui atividades agrícolas.

pode ver na Tabela 5, enquanto a incidência de pobreza baixava significativamente entre a maioria dos trabalhadores manuais autônomos nas atividades industriais e de serviços, assim como entre famílias de funcionários de escritório, a pobreza mais do que duplicou entre famílias de operários e quase duplicou entre os grupos heterogêneos de empregados mais habilitados (profissionais, técnicos etc.).

(c) Costa Rica

Os dados de renda para a Costa Rica cobrem apenas, como já foi indicado, ordenados e salários. Por conseguinte, as distribuições correspondentes na Tabela 4 restringiram-se a famílias chefiadas por empregados. A renda média familiar real deste amplo grupo de população caiu 37% em termos reais entre os levantamentos de 1979 e 1982, enquanto as rendas médias de todas as famílias baixaram a uma taxa de cerca de 20% no mesmo período, a julgar pela queda no consumo pessoal *per capita* global (Tabela 3). No contexto desta queda generalizada nos ordenados, a distribuição entre famílias de empregados ficou um tanto achatada, as famílias de alta renda perdendo relativamente mais do que a média, com os inferiores 40% melhorando sua participação. Entretanto, a exclusão de famílias de trabalhadores autônomos, entre eles os de atividades informais e lavradores de subsistência concentrados na base da pirâmide de renda, pode distorcer o quadro.

A impressionante queda das rendas dos trabalhadores atingiu todos os grupos. Mas, como se pode inferir da Tabela 5⁽⁷⁾, afetou principalmente a posição relativa de famílias de trabalhadores manuais, enquanto a dos agrícolas e dos funcionários

(7) Embora as diferenças em R e em B sejam negativas para todos os grupos, isto se deve a muitos deslocamentos na composição de empregados por grupos, entre os dois períodos.

de escritório melhoraram um pouco, e as famílias de profissionais, executivos e técnicos sofreram menos, melhorando significativamente sua posição relativa *vis-à-vis* o resto das famílias de empregados, apesar da queda drástica em sua renda média.

A queda dos ordenados reais entre os dois períodos observados aumentou de forma impressionante a incidência de pobreza entre as famílias de trabalhadores em geral; ao nível nacional, aumentou mais de dois terços. A maior parte deste aumento consistiu de famílias de trabalhadores agrícolas e manuais em atividades não-agrícolas.

(d) Panamá

As distribuições de renda incluídas para o Panamá na Tabela 4 também cobrem famílias chefiadas por empregados, registrando sua renda *per capita* de ordenados e salários. Durante o período, as rendas médias de famílias de empregados sofreram uma queda moderada. Durante a crise, as famílias de empregados de alta renda melhoraram sua participação, enquanto as das camadas médias reduziram as suas e os inferiores 40% de famílias de empregados mantiveram mais ou menos sua participação nos ordenados e salários totais; os que se achavam nos 20% inferiores, porém, registraram melhoras. Para além deste quadro geral, contudo, trabalhadores manuais melhoraram sua posição relativa, enquanto famílias de funcionários de escritório deslocaram-se para baixo no quadro relativo, como se vê na Tabela 5.

A melhora na base da distribuição, embora pequena, causou um decréscimo de cerca de um quinto na incidência de pobreza, de que participaram muitos grupos de famílias de empregados.

(e) Venezuela

Os dados venezuelanos permitem estimar mudanças na distribuição de renda

não apenas na Caracas urbana, mas também na rica economia agrícola da região dos Andes.

A queda real de 15% nas rendas familiares médias em Caracas foi acompanhada por apenas uma pequena alteração na estrutura relativa da distribuição de renda total: a comparação revela somente um mínimo lucro na participação do grupo de quintil superior e uma perda mínima na participação dos 40% inferiores. Inversamente, as rendas familiares reais na área dos Andes sofreu apenas uma moderada queda média, e a comparação revela uma considerável melhoria nas desigualdades de renda: famílias do quintil superior perderam 3,6% da renda total, a favor das camadas de renda média e, especialmente, dos 40% inferiores, que ganharam 1,7% das rendas totais.

A queda nas rendas reais implicou um pequeno retrocesso no processo pelo qual a pobreza absoluta vinha gradualmente diminuindo em Caracas, onde a incidência de pobreza fora reduzida a uma pequena proporção de famílias. Embora a pobreza tivesse aumentado na maior parte dos grupos sócio-econômicos, o aumento da pobreza concentrava-se entre as famílias de empregados de escritório e vendedores, entre as chefiadas por pequenos comerciantes e operadores de transporte (na maioria informais) e entre os inativos.

Esse ressurgimento desigual de pobreza corresponde às mudanças que tiveram lugar na posição relativa de cada grupo sócio-econômico. Como se pode ver na Tabela 5, a posição relativa dos três grupos indicados decaiu na distribuição de renda total, enquanto outros grupos de famílias (como os profissionais autônomos e técnicos, empregadores em todas as atividades ou profissionais e executivos empregados) melhoraram significativamente sua posição relativa na tendência descendente.

A melhoria da distribuição de renda dos Andes causou uma moderada baixa na

incidência de pobreza, mas implicou muitos deslocamentos na posição relativa de grupos sócio-econômicos. Como está indicado na Tabela 5, famílias agrícolas (tanto produtores como empregados) melhoraram significativamente suas posições relativas na distribuição de renda total da região. O mesmo pode-se dizer de famílias chefiadas por trabalhadores autônomos em atividades de serviços e, em menor grau, das chefiadas por empregados de escritórios. Por outro lado, tanto os profissionais e técnicos empregados como os profissionais autônomos descenderam significativamente, enquanto os empregadores em atividades não-agrícolas sofreram a mais dura queda na posição relativa.

O decréscimo na proporção de famílias pobres envolveu quase todos os grupos sócio-econômicos, embora alguns apenas marginalmente. Segundo a medida substituída incluída na Tabela 5, a minoração da pobreza durante o período teria alcançado dimensões notáveis entre os trabalhadores agrícolas e famílias de camponeses, e entre os trabalhadores manuais não-agrícolas e autônomos em atividades de serviço.

5. Ajustamentos nas Estratégias de Subsistência

As famílias ajustam suas estratégias de subsistência a fim de responderem às mudanças nas oportunidades e condições econômicas, visando maximizar o bem-estar. Tais ajustamentos de micro-nível tomam lugar, peculiarmente, no termo médio, quando as condições econômicas tendem a melhorar e as oportunidades tendem a aumentar. Entretanto, quando as condições econômicas e a oportunidade de acesso aos sistemas institucionalizados deterioram-se rapidamente, é de esperar que se vá encontrar significativas mudanças de curto prazo nas estratégias de subsistência das famílias. Os dados do levantamento sobre trabalho oferecem os meios de examinar-se as mudanças nas estratégias de subsistência associadas às oportunidades de trabalho e às decisões de participar na

força de trabalho ou na educação.

A Tabela 6 resume essas mudanças em termos de percentagens de famílias totais ou chefes de famílias, e de outros membros de família de idade ativa que "passam" de uma situação para outra entre o período inicial e 1982, para todas as famílias, para as famílias pobres e para famílias em cada grupo de quintil⁽⁸⁾⁽⁹⁾

(a) Chile

No Chile, 8% dos chefes de família não estavam mais empregados, um pequeno número (1,5%) ficando inativo e o resto permanecendo desempregado. Entre todos os membros de família de idade ativa, 6% não estavam mais empregados, a maior parte ameaçada pelo desemprego. A saída do emprego afetou todas as camadas econômicas, mas atingiu dimensões dramáticas entre as famílias dos quintis inferiores (a maior parte pobres): mais de 20% dos chefes de família ficaram inativos. Sete por cento de todos os membros de famí-

lia perderam o emprego, enquanto outros 4% desejavam participar de atividades econômicas. Como resultado, estes desempregados, ou indivíduos que procuravam emprego pela primeira vez aumentaram em 11%. As camadas de rendas baixa e média foram também afetadas pela perda de emprego, em graus que baixavam com a renda: 8,2% entre membros de famílias do grupo do segundo quintil; 5,6% do terceiro quintil e 3,8% do quarto quintil. Uma parte desses novos desempregados deslocou-se para a inatividade, enquanto entre 3 e 5% de todos os membros de idade ativa ficaram desempregados. Entre os chefes de família dessas camadas, os deslocamentos foram mais ou menos semelhantes àqueles entre os outros membros, salvo no grupo de quintil médio, onde 8,5% saíram do emprego, incluindo-se 3,9% que ficaram inativos.

(b) Colômbia

O desemprego na Colômbia permaneceu em torno de 9% da força do trabalho, mas a elevação geral de renda durante o período causou apenas mudanças marginais na disposição de participar da força de trabalho. Entretanto, como se pode ver na Tabela 6, houve uma significativa mudança nas estratégias das famílias, uma vez que os chefes de família que perdiam emprego (uma média de 2% para todos os grupos, incluindo-se o pobre) e ficavam inativos eram substituídos por outros membros que saíram da inatividade para o emprego, pelo menos nos grupos médio e inferior. Entre as famílias mais pobres (os 20% inferiores) em particular, 4,1% de outros membros entraram na força de trabalho e 3,7% deles ocuparam empregos. Da mesma forma, as pequenas mudanças entre os desempregados não envolveram tanto os chefes de família desempregados (que passavam à inatividade) como os desempregados não-chefes de família. A maior parte do aumento da participação na força de trabalho entre os não-chefes de família foi possível às custas da instrução.

(8) Ao interpretar-se estes "deslocamentos", deve-se levar em conta que esta não é uma análise de corte; assim, as mudanças na posição relativa de renda familiar entre os dois períodos poderão deslocar famílias para um grupo de quintil diferente de onde estão situadas no período inicial. Mais importante, quando se consideram famílias pobres nos dois períodos, estes "deslocamentos" são simples diferenças na composição das camadas pobres pela característica considerada e, portanto, no comportamento dos grupos de famílias que eram pobres em 1982, que podem ser bem maiores ou menores do que os grupos que eram pobres no período anterior.

(9) Note-se que as mudanças resumidas através de "deslocamentos" de chefes de família e outros membros podem ser afetadas por mudanças não-aleatórias na identificação dos chefes, implicando mudanças na proporção de donas-de-casa ou paterfâmilias (independente de sua renda) considerados como chefes, em particular quando as estratégias de subsistência estão sendo ajustadas à situação imediata.

TABELA 6

MUDANÇAS NA SITUAÇÃO DE FAMÍLIAS E SEUS MEMBROS POR GRUPOS DE RENDA PER CAPITA (*) (continua)

Características	Todas as famílias	Famílias pobres	Grupos de percentil de renda familiar per capita				
			1-20	21-40	41-60	61-80	81-100
I. Chile							
(a) Chefes de família							
Participando na força de trabalho	-1,5	-	-0,1	-2,0	-3,9	-0,5	-0,9
Desempregados	6,5	-	20,4	3,8	4,6	2,5	1,2
Trabalhando ou com emprego	-8,0	-	-20,5	-5,8	-8,5	-3,0	-2,1
Mulheres	0,7	-	2,4	-0,2	2,3	-2,8	1,7
(b) Todos os membros de idade ativa							
Participando na força de trabalho	0,5	-	4,1	-3,2	-1,2	-0,9	0,0
Desempregados ou procurando trabalho pela 1.ª vez	5,4	-	11,2	5,0	4,4	2,9	2,0
Trabalhando ou com emprego	-5,9	-	-7,1	-8,2	-5,6	-3,8	-2,0
II. Colômbia							
(a) Famílias							
Número de desempregados na família							
0	-1,3	-0,7	-1,5	1,6	-2,7	-2,3	-0,8
1	0,2	-1,3	-0,9	-2,7	1,0	1,4	1,7
2 ou mais	1,1	2,0	2,4	1,1	1,7	0,9	-0,9
(b) Chefes de família							
Participando na força de trabalho	-1,9	-2,2	-1,8	-2,6	0,0	-1,4	-3,4
Desempregados ou procurando trabalho pela 1.ª vez	0,1	-0,4	-0,4	-0,2	-0,4	0,6	1,0
Trabalhando ou com emprego	-2,0	-1,8	-1,4	-2,4	0,4	-2,0	-4,4
Mulheres	1,3	1,8	0,7	2,0	1,4	1,3	1,3

(continua)

(c) Outros membros de idade ativa									
Participando na força de trabalho	0,8	2,7	4,1	1,5	3,1	-2,8	-2,7		
Desempregados ou procurando trabalho pela 1.ª vez	0,6	0,6	0,4	0,4	1,3	0,5	-0,1		
Trabalhando ou com emprego	0,2	2,1	3,7	1,4	1,8	-3,3	-2,6		
Inativos	-0,8	-2,7	-4,1	-1,5	-3,1	2,8	2,7		
Donas-de-casa	0,5	-0,1	-1,3	1,8	-1,8	2,3	1,7		
Estudantes	-0,5	-1,4	-0,9	-2,1	-0,9	1,3	0,8		
Inabilitados	-0,2	-1,3	-0,4	-0,3	-0,3		0,3		
Outros	-0,6	-0,9	-1,5	-0,9	-0,1	-0,8	-0,1		
III. Costa Rica									
(a) Famílias de empregados									
Número de desempregados na família									
0	-3,0	-3,0	-3,8	-1,2	-4,5	-4,7	-0,7		
1	2,3	2,7	3,0	-0,1	3,8	4,6	0,3		
2 ou mais	0,7	0,3	0,8	1,3	0,7	0,1	0,4		
(b) Chefes de família									
Participando na força de trabalho	0,4	0,9	0,9	1,0	0,3	0,2	-0,5		
Desempregados	1,2	2,0	1,5	0,8	0,8	1,1	1,4		
Trabalhando ou com emprego	-0,8	-1,1	-0,6	0,2	-0,5	-0,9	-1,9		
Mulheres	1,6	-1,6	0,7	3,4	1,1	-0,3	3,5		
(c) Outros membros de idade ativa									
Participando na força de trabalho	3,6	12,4	12,5	1,8	1,2	0,9	5,4		
Desempregados ou procurando trabalho pela 1.ª vez	2,0	3,1	3,9	1,2	2,8	0,6	0,2		
Trabalhando ou com emprego	1,6	9,3	8,6	0,6	1,6	0,3	0,5		

(continua)

IV. Panamá									
(a) Famílias de empregados									
Número de desempregados na família									
0	3,2	6,4	6,7	7,8	-2,7	2,1	1,6		
1	-1,9	0,5	-	-6,9	1,7	-2,0	-1,8		
2 ou mais	-1,3	-6,9	-6,7	-0,9	1,0	-0,1	0,2		
(b) Chefes de família									
Participando na força de trabalho	-0,1	-0,1	-0,3	0,0	0,3	0,0	0,0		
Desempregados	-0,1	-1,5	-2,1	-0,4	1,0	0,3	0,3		
Trabalhando ou com emprego	0,0	1,4	1,8	0,4	-0,7	-0,3	-0,3		
Mulheres	0,9	-5,8	-7,5	4,1	0,2	3,3	4,5		
V. Venezuela:									
Área Metropolitana									
(a) Famílias									
Número de desempregados na família									
0	-4,1	-6,0	-5,7	-5,5	4,2	-2,8	-2,6		
1	3,3	5,7	4,7	4,2	3,1	2,0	2,4		
2 ou mais	0,8	0,3	1,0	1,3	1,1	0,8	0,2		
(b) Chefes de família									
Participando na força de trabalho	-0,2	0,7	-0,6	-1,2	-1,1	1,9	-1,0		
Desempregados	2,2	0,8	2,8	2,5	2,7	1,4	1,1		
Trabalhando ou com emprego	-2,4	-0,1	-2,2	-3,7	-3,8	0,5	-2,1		
Mulheres	0,2	-9,3	-3,4	0,8	2,2		1,6		
(c) Outros membros de idade ativa									
Participando na força de trabalho	-3,1	0,5	-3,9	-6,0	-0,8	-3,9	1,0		
Desempregados	1,3	2,3	1,3	1,7	1,5	1,1	0,8		

	(conclusão)									
Procurando trabalho pela 1.ª vez	0,4	1,1	0,9	0,2	0,2	0,1	0,4			
Trabalhando ou com emprego	-4,8	-2,9	-6,1	-7,9	-2,5	-5,1	-0,2			
Inativos	3,1	-0,5	3,9	6,0	0,8	3,9	-1,0			
Donas-de-casa	2,4	9,9	6,3	5,2	1,0	1,3	-4,0			
Estudantes	1,3	-10,5	-2,0	1,5	1,5	2,5	3,2			
Inabilitados	-0,4	-0,8	-0,7	-0,1	-0,8	-0,3	-0,1			
Outros	-0,2	0,9	0,3	-0,6	-0,9	0,4	-0,1			
VI. Venezuela:										
Região dos Andes										
(a) Famílias										
Número de desempregados na família										
0	-1,3	-0,8	-1,2	-1,9	-0,2	-3,5	-0,7			
1	1,1	0,6	0,9	1,1	0,4	3,0	0,4			
2 ou mais	0,2	0,2	0,3	0,8	-0,6	0,5	0,3			
(b) Chefes de família										
Participando na força de trabalho	-1,8	-1,5	0,0	-0,5	1,3	-2,1	-2,0			
Desempregados	0,1	0,7	0,6	0,0	-0,5	1,5	-0,9			
Trabalhando ou com emprego	-1,9	-2,2	-0,6	-0,5	1,8	-3,6	-1,1			
Mulheres	0,2	2,5	2,1	-0,1	-2,6	0,5	1,3			
(c) Outros membros de idade ativa										
Participando na força de trabalho	-0,4	-2,0	-0,8	-1,5	-1,1	3,1	0,5			
Desempregados	0,7	0,2	0,3	0,8	0,0	1,5	1,2			
Procurando trabalho pela 1.ª vez	0,1	-0,2	-0,1	0,3	-0,1	0,2	0,0			
Trabalhando ou com emprego	-1,2	-2,0	-1,0	-2,6	-1,0	1,4	-0,7			
Inativos	0,4	2,0	0,8	1,5	1,1	-3,1	-0,5			
Donas-de-casa	-0,6	-1,1	-2,0	-1,7	-0,5	-1,8	1,2			
Estudantes	1,2	2,5	2,7	2,8	2,1	-0,3	-1,9			
Inabilitados	-0,3	0,3	-0,1	-0,3	-0,3	-1,0	0,2			
Outros	0,1	0,3	0,2	0,7	-0,2	0,0	0,0			

(*) Diferenças entre percentagens de cada população no ano-base e em 1982.

Famílias chefiadas por mulheres tenderam a aumentar em todos os níveis de distribuição.

(c) Costa Rica

O aumento do desemprego na Costa Rica afetou mormente os que percebiam ganhos suplementares em famílias chefiadas por empregados. Cerca de 1% de chefes de família em todos os quintis saiu do emprego para o desemprego. Entre as famílias pobres, além deste deslocamento, uma proporção igual de chefes de família saiu da inatividade, de modo que o número de desempregados aumentou em 2%.

Um notável ajustamento de estratégias de subsistência de famílias de empregados foi a incorporação de 3,6% de outros membros de idade ativa na força de trabalho, 2% no desemprego, ou na procura de emprego, e 1,6% no emprego. Mas este movimento alcançou dimensões devastadoras entre as famílias pobres: mais de 12% de outros membros de idade ativa foram incorporados na oferta de trabalho, 3% ficaram desempregados, enquanto que cerca de 9% conseguiram algum tipo de trabalho. Assim, no meio de oportunidades que predominava na Costa Rica, a queda nas rendas reais de famílias pobres provocou profundas mudanças em suas estratégias de subsistência, elevando significativamente a taxa de participação do pobre, tanto de chefes como de outros membros, ao tirá-los da inatividade e, na maioria dos casos, colocá-los em empregos.

(d) Panamá

Ao nível do conjunto, parece ter havido relativamente poucas mudanças nas estratégias de subsistência, no contexto de um estável quadro de renda. Entretanto, como revela a Tabela 6, a proporção de chefes de família que, saindo do desemprego, ocupou empregos, alcançou 1,4 e 1,8% entre as famílias pobres e as do quintil inferior, respectivamente.

(e) Venezuela

O aumento do desemprego em Caracas atingiu principalmente as famílias com rendas baixa e média. No quintil inferior, houve uma elevação de 5,7% de famílias com pelo menos um membro desempregado em 1982. O aumento correspondente foi de 4,2% para famílias da camada média e 2,6% para famílias da camada superior.

No grupo do quintil inferior (em que estão incluídas as famílias pobres), 2,2% de chefes de família deixaram o emprego, porém, mais 2,8% estavam desempregados, visto que sua taxa de participação subiu um pouco. Da mesma forma, entre outros membros de família de idade ativa na mesma camada, 6,1% perderam emprego, mas dois terços ficaram inativos. Estes dados e a redução de 2% no número de estudantes podem explicar os 6% de aumento de donas-de-casa entre os membros de idade ativa. Ao mesmo tempo, o número de mulheres chefes de família diminuiu significativamente.

Como se pode ver na Tabela 6, 3,7 e 3,8% de chefes de família nos dois grupos de quintil seguintes deixaram o emprego. Quase um terço deles ficou inativo, permanecendo o resto desempregado. Entre os outros membros de família de idade ativa, 7,9 e 2,5%, respectivamente, deixaram o emprego, 1,7% permaneceu desempregado e o resto ficou inativo. Isso aumentou o número de donas-de-casa e de estudantes. Inversamente, no quarto grupo de quintil, aumentou a proporção de chefes de família dispostos a participar de atividades econômicas, mas a maior parte continuou desempregada. Entre os outros membros de idade ativa, houve um movimento de saída de emprego, principalmente para ficarem inativos, como donas-de-casa ou, na maioria dos casos, como estudantes.

A economia da região dos Andes sofreu um menor impacto de desemprego e

uma queda mais moderada nas rendas reais, razão por que as estratégias de subsistência passaram por poucas mudanças. Como se pode ver na Tabela 6, a perda de empregos atingiu duramente as famílias pobres: 2,2% de chefes de família e 2% de não-chefes de família tinham emprego, aumentando principalmente a inatividade. Chefes de família do quarto grupo de quintil também enfrentaram falta de emprego, mas isto foi parcialmente compensado com maior participação de outros membros. Deslocamentos para a inatividade de 1 a 2% de membros não-chefes de família, nos grupos de renda média e baixa, aumentaram o número de estudantes.

6. O Impacto da Crise sobre a Infância

Os ajustamentos na subsistência da família compreendem tanto as mudanças na participação dos membros de família na força de trabalho, quanto as mudanças em seus padrões de consumo, em face das mudanças nas rendas reais. Lamentavelmente, não existem dados relevantes disponíveis para a avaliação deste segundo padrão. Ajustamentos nas estratégias de subsistência também têm lugar nas decisões quanto à instrução das crianças e dos adolescentes. Entretanto, os levantamentos não oferecem informação suficiente para uma análise neste campo.

Os dados de base utilizados aqui para a avaliação do impacto das condições econômicas nos níveis de vida permitem-nos enfocar as mudanças na situação da criança a partir de pelo menos duas perspectivas.

A Tabela 7 mostra mudanças na incidência da pobreza e os deslocamentos relativos na distribuição de renda entre famílias de características diferentes, que concernem à situação da criança no seio de sua família.

Famílias chefiadas por mulheres — em geral representando entre 15 e 20% nas

áreas urbanas e, sistematicamente mais afetadas pela pobreza — viviam em situação pior que as chefiadas por homens em Santiago, no Chile, mas, de certa forma, estavam bem mais protegidas do impacto econômico na Costa Rica e Caracas. Por outro lado, nas áreas que haviam sido beneficiadas por uma lenta redução da pobreza, tais como a Colômbia e a região dos Andes, as famílias chefiadas por mulheres achavam-se um tanto atrasadas quanto aos proventos. No Panamá, porém, acontecia exatamente o contrário: a incidência da pobreza era significativamente reduzida entre famílias dirigidas por mulheres e sua posição relativa melhorou de tal maneira, que hoje sua situação é semelhante, nos dois sentidos, à das famílias dirigidas por homens.

Nesses países, em que a pobreza aumentou durante o período estudado, as famílias com maior número de filhos sofreram mais. Na Costa Rica, a incidência de pobreza aumentou entre famílias de todos os tamanhos, em termos do número de filhos, como se pode verificar na Tabela 7. Embora a incidência de pobreza tenha duplicado entre famílias com três crianças ou menos, a situação das famílias com quatro ou mais parece ter-se agravado em proporções alarmantes.

Em Caracas, também houve um retrocesso na minoração da pobreza; isto ocorreu quase que exclusivamente entre famílias com três ou mais filhos. Nas famílias com três ou quatro filhos, entre as quais a pobreza havia sido reduzida a proporções menores, ela explodiu para três vezes os níveis anteriores. Entre as com cinco ou mais filhos, cerca de 15% das quais já se encontravam na pobreza, ela aumentou em um meio.

Na Colômbia, a minoração da pobreza progrediu a passo acelerado, a despeito das pressões econômicas deste período. Este processo envolveu famílias de todos os tamanhos, mas foi relativamente mais intenso entre as famílias com três ou mais

TABELA 7

MUDANÇAS NA INCIDÊNCIA DE POBREZA E DESLOCAMENTOS NA POSIÇÃO RELATIVA DE FAMÍLIAS DE CARACTERÍSTICAS DIFERENTES(*)

(continua)

Grupos de famílias	Famílias em cada grupo (%)	Ano-base		1982		Diferenças	
		P	R	P	R	ΔP	ΔR
I. Chile							
Sexo do chefe							
Masculino	83,0		40,1		40,0		-0,1
Feminino	17,0		38,9		39,9		1,0
II. Colômbia							
Sexo do chefe							
Masculino	82,0	48,4	39,3	44,2	39,2	-4,2	-0,1
Feminino	18,0	50,4	41,9	47,2	41,7	-3,2	-0,2
N.º de crianças na família							
0	33,3	32,5	25,1	31,8	27,4	-0,7	2,3
1	24,9	44,3	34,9	42,5	36,8	-1,8	1,9
2	22,1	55,2	43,3	49,2	43,7	-6,0	0,4
3	11,2	68,5	59,0	60,4	54,9	-8,1	-4,1
4	5,6	79,0	72,3	68,7	64,3	-10,3	-8,0
5 e mais	2,9	88,0	83,8	80,2	78,1	-7,8	-5,7
III. Costa Rica							
Sexo do chefe							
Masculino	89,3	16,9	41,4	29,8	40,7	12,9	-0,7
Feminino	10,7	20,4	34,4	26,3	34,9	5,9	0,5
N.º de crianças na família							
0	27,6	4,9	17,3	12,7	20,0	7,8	2,7
1	25,0	9,2	31,8	19,2	31,4	10,0	-0,4
2	22,5	16,7	45,0	29,8	42,3	13,1	-2,7
3	13,3	29,5	65,0	45,8	57,9	16,3	-7,1
4	6,5	40,2	71,8	63,9	74,5	23,7	2,7
5	2,9	58,8	80,5	79,9	85,8	21,1	5,3
6 ou mais	2,2	71,0	94,4	93,1	96,0	22,1	1,6
IV. Panamá:							
área metropolitana							
Sexo do chefe							
Masculino	82,7	16,7	39,3	14,3	39,4	-2,4	0,1
Feminino	17,3	29,0	48,5	16,9	40,7	-12,1	-7,8
N.º de crianças na família							
0	27,2	4,6	13,0	—	—	—	—
1	18,7	7,3	27,7	6,1	34,9	-1,2	7,2
2	20,4	14,1	41,5	17,3	57,6	3,2	16,1
3	17,2	25,0	60,0	24,0	68,8	-1,0	8,8
4 ou mais	16,5	55,0	81,6	—	—	—	—
V. Venezuela:							
área metropolitana							
Sexo do chefe							
Masculino	80,4	1,7	38,2	2,8	37,9	1,1	-0,3
Feminino	19,6	4,6	48,2	4,9	43,6	0,3	-4,6

N.º de crianças na família							
0	30,6	0,8	15,2	0,6	16,2	-0,2	1,0
1	21,8	1,0	30,7	1,1	29,5	0,1	-1,2
2	22,4	1,7	45,3	2,0	46,0	0,3	0,7
3	12,7	1,7	62,1	5,9	64,4	4,2	2,3
4	6,6	4,7	79,6	11,5	82,7	6,8	-1,2
5 ou mais	5,9	15,1	93,8	21,7	91,2	6,6	-2,6
VI. Venezuela: região dos Andes							
Sexo do chefe							
Masculino	84,4	30,2	40,0	25,3	38,8	-4,9	-1,2
Feminino	15,6	36,2	46,5	34,9	47,6	-1,3	1,1
N.º de crianças na família							
0	19,2	10,6	16,9	7,8	17,4	-2,8	0,5
1	17,6	17,3	26,8	13,4	25,0	-3,9	-1,8
2	17,3	24,5	35,3	21,5	34,9	-3,0	-0,4
3	14,0	31,4	40,8	27,2	43,4	-4,2	2,6
4	12,9	44,7	58,2	41,0	58,0	-3,7	-0,2
5	8,2	53,4	66,4	56,4	72,2	3,0	5,8
6 ou mais	11,0	67,1	76,5	70,4	84,2	3,3	7,7

(P): Percentagem de famílias abaixo da faixa de pobreza.

(R): Percentagem de famílias abaixo do quadragésimo percentil de renda da distribuição de todas as famílias.

(*) Percentagem de famílias em cada grupo.

filhos. Estas, anteriormente, haviam sofrido uma grande incidência de pobreza. Em contraste, na região dos Andes de Venezuela e, até certo ponto, no Panamá, a incidência de pobreza diminuiu entre as famílias com quatro filhos ou menos (e proporcionalmente mais entre as famílias menores), mas aumentou entre as com cinco ou mais.

A Tabela 8 indica mudanças nas proporções de filhos que pertencem a diferentes tipos de famílias em pobreza absoluta ou abaixo do padrão de pobreza relativa do quarto quintil de renda.

Como se pode observar, comparando-se a incidência de pobreza entre crianças na Tabela 8 e a incidência de pobreza entre famílias na Tabela 4, as proporções de crianças pequenas e crianças na idade escolar em pobreza são significativamente maiores do que as de famílias em todos os países enfocados. Isto é uma consequência do grande número de crianças entre famílias pobres. Os dados mostram também que a incidência de pobreza é bem maior entre crianças pertencentes aos 10 ou 15% de famílias chefiadas por mulheres. Ademais, quando disponíveis, os dados relevantes mostram a incidência de pobreza entre crianças pertencentes a famílias em que o chefe é analfabeto ou tem apenas a instrução primária como sendo superior à incidência média para todas as famílias.

O Chile não é exceção a esse padrão. O aumento da incidência de pobreza entre 1981 e 1982 agravou a situação das crianças, causando um aumento semelhante nas proporções de crianças em pobreza.

Em Caracas, o aumento da incidência de pobreza afetou crianças pequenas e crianças na idade escolar de quase todos os tipos de famílias. Em contraste, na região dos Andes, crianças pequenas foram beneficiadas pela redução da pobreza.

A minoração da pobreza avançou na Colômbia durante o período, beneficiando tanto crianças pequenas como crianças na idade escolar em todos os tipos de família, mas afetando de maneira significativa as que se achavam numa situação mais desvantajosa, isto é, as crianças de famílias cujos chefes tinham baixo nível de instrução.

Um padrão semelhante surge no caso do Panamá, onde crianças de famílias chefiadas por mulheres ou por adultos com instrução primária encontraram circunstâncias mais propícias para saírem da pobreza.

7. Conclusão

a. A crise latino-americana parece ter tido, até o presente, um impacto mais generalizado sobre as condições de vida das populações urbanas. As populações rurais em áreas dependentes das safras de exportação sem dúvida alguma sofreram um impacto mais forte quando o mercado externo ou as condições de produção para essas safras começaram a deteriorar-se. Entretanto, algumas populações rurais, em áreas agrícolas relativamente prósperas e diversificadas, puderam suportar melhor do que as populações urbanas o período de recessão, como indicam os dados para a região dos Andes, na Venezuela.

b. Os pobres e as camadas inferiores da pirâmide social foram severamente atingidos nos países em que a recessão se fez sentir com mais intensidade. As camadas médias, porém, também sentiram seus efeitos

c. Na ausência de uma reforma significativa de distribuição de renda, a elevação ou a queda das rendas familiares reais a curto prazo envolve a redução ou o aumento na incidência da pobreza absoluta. Assim, a queda das rendas familiares em Santiago, Caracas e Costa Rica ocasionou uma significativa elevação na proporção de famílias em estado de pobreza. Em

TABELA 8
INCIDÊNCIA DE POBREZA ABSOLUTA E RELATIVA ENTRE CRIANÇAS DE DIFERENTES TIPOS DE FAMÍLIAS (PERCENTAGEM DE CRIANÇAS EM CADA GRUPO)

Tipo de família	Crianças em idade de escola primária(+)																
	Crianças em cada grupo (%)			Crianças pequenas(*)			1982			Crianças em cada grupo (%)			Diferenças				
	P	R	Δ	P	R	Δ	P	R	Δ	P	R	Δ	P	R	Δ		
I. Chile																	
Todas as crianças por sexo do chefe	100,0	18,6	-	-	-	-	20,8	-	-	21,5	-	-	25,2	-	-	3,7	-
Masculino	91,4	17,2	-	-	-	-	19,3	-	-	20,8	-	-	24,9	-	-	4,1	-
Feminino	8,6	32,6	-	-	-	-	33,9	-	-	27,4	-	-	27,3	-	-	-0,1	-
II. Colômbia																	
Todas as crianças por sexo do chefe	100,0	62,0	52,6	55,8	51,3	-6,2	-1,3	100,0	57,7	57,3	52,5	52,5	57,3	9,3	-5,2		
Masculino	89,3	60,5	50,8	54,3	49,7	-6,2	-1,1	86,2	56,3	55,6	30,9	30,9	55,6	9,1	-5,4		
Feminino	10,7	75,2	67,4	65,3	60,7	-9,9	-6,7	13,8	67,3	66,2	61,4	61,4	66,2	12,0	-5,9		
Instrução do chefe																	
Analfabeto	4,8	84,4	77,3	76,5	72,5	-7,9	4,8	5,7	75,2	75,1	71,8	71,8	75,1	11,0	-3,4		
Primário	49,2	79,6	69,3	67,8	63,0	-11,8	-6,3	55,4	73,1	67,7	62,6	62,6	67,7	13,9	-10,5		
Secundário	33,4	50,7	40,5	47,4	42,2	-3,3	1,7	29,3	39,6	45,6	40,4	40,4	45,6	4,0	-0,8		
Superior	12,6	15,1	10,2	17,0	14,3	1,9	4,1	9,6	13,6	15,8	13,4	13,4	15,8	4,4	-0,2		
III. Panamá(**)																	
Todas as crianças por sexo do chefe	100,0	34,0	62,2	27,5	69,8	-6,5	7,6	100,0	62,2	27,5	69,8	69,8	27,5	-6,5	7,6		
Masculino	85,6	30,2	59,4	25,7	69,5	-4,5	10,1	85,6	59,4	25,7	69,5	69,5	25,7	-4,5	10,1		
Feminino	14,4	56,7	78,7	38,1	71,7	-18,6	-7,0	14,4	78,7	38,1	71,7	71,7	38,1	-18,6	-7,0		
Instrução do chefe																	
Analfabeto	2,1	46,9	100,0	68,3	100,0	21,4	-	2,1	100,0	68,3	100,0	100,0	68,3	21,4	-		
Primário	38,0	48,2	82,6	40,2	86,8	-8,0	4,2	38,0	82,6	40,2	86,8	86,8	40,2	-8,0	4,2		
Secundário	12,3	26,4	51,2	19,9	65,0	-6,5	13,8	12,3	51,2	19,9	65,0	65,0	19,9	-6,5	13,8		
Superior		0,5	10,2		18,3	-0,5	8,1		10,2		18,3		18,3	-0,5	8,1		
IV. Venezuela: área metropolitana																	
Todas as crianças por sexo do chefe	100,0	5,0	60,9	6,9	60,3	1,9	-0,6	100,0	64,8	9,3	63,8	63,8	9,3	3,3	-1,0		
Masculino	83,6	3,7	58,2	6,0	57,0	2,3	-1,2	81,9	61,7	7,5	61,8	61,8	7,5	2,9	0,1		
Feminino	16,4	11,6	74,0	11,1	76,6	-0,5	2,6	18,1	79,1	17,5	73,1	73,1	17,5	5,2	-6,0		
Instrução do chefe (\$)																	
Analfabeto	6,4	15,3	80,2	16,0	83,5	0,7	3,3	5,6	86,7	18,1	82,0	82,0	18,1	-0,4	-4,7		
Primário	52,4	6,4	73,1	8,3	73,4	1,9	0,3	54,9	76,5	11,3	75,3	75,3	11,3	3,5	-1,2		
Secundário	27,0	1,9	47,9	5,1	50,3	3,2	2,4	24,5	49,5	6,5	58,8	58,8	6,5	4,6	9,3		
Superior	10,2	1,0	11,1	0,6	11,8	-0,4	0,7	10,4	19,0	1,9	13,2	13,2	1,9	1,0	-5,8		
V. Venezuela: região dos Andes																	
Todas as crianças por sexo do chefe	100,0	46,5	56,1	40,8	55,7	-5,7	-0,4	100,0	57,9	46,1	60,1	60,1	46,1	-	2,2		
Masculino	87,6	45,2	55,1	39,3	54,8	-5,9	-0,3	83,8	56,1	41,9	56,6	56,6	41,9	-2,0	0,5		
Feminino	12,4	55,6	63,1	49,3	61,2	-6,3	-1,9	16,2	67,4	64,9	75,6	75,6	64,9	7,3	8,2		
Instrução do chefe (\$)																	
Analfabeto	27,6	71,0	81,0	60,3	74,4	-10,7	-6,6	31,4	78,5	64,9	77,9	77,9	64,9	-1,1	-0,6		
Primário	53,4	42,2	51,8	40,5	57,3	-1,7	5,5	52,6	40,4	52,9	42,7	42,7	52,9	2,3	4,6		
Secundário	11,9	13,5	21,8	9,8	20,9	-3,7	-0,9	8,7	13,3	19,5	16,2	16,2	19,5	31,4	11,9		
Superior	2,3	5,9	8,0	2,5	6,2	-3,4	-1,8	1,7	6,4	2,8	0,9	0,9	2,8	-2,8	-5,5		

(P): Percentagem de crianças abaixo da faixa de pobreza.

(+): Chile: 6-13 anos; Colômbia: 7-13 anos; Venezuela: 7-11 anos.

(R): Percentagem de crianças abaixo do quadragésimo percentil da distribuição de todas as famílias.

(**): Panamá: 0-14 anos.

(*) Chile: 0-5 anos; Colômbia: 0-6 anos; Venezuela: 0-6 anos.

(\$): Não está incluída instrução ignorada.

contraste, não obstante a atividade estagnada na Colômbia, um aumento nas rendas familiares permitiu que fosse dado um passo adiante na minoração da pobreza. Entre as famílias panamenhas de empregados e nas famílias dos Andes, porém, a queda moderada nas rendas reais foi mais do que contrabalançada por melhorias na base da pirâmide de renda. Como consequência, o processo de minoração da pobreza não foi alterado.

d. A distribuição conjunta de renda familiar por tamanho não parece constituir uma medida sensível das mudanças que tomam lugar na posição relativa de diferentes grupos de família. Em alguns exemplos (Colômbia e Panamá), em que as rendas familiares reais continuaram a aumentar ou a cair apenas moderadamente, o padrão de distribuição conjunta de rendas urbanas mostrou-se relativamente estável. Ao contrário, a queda geral nas rendas reais no Chile parece ter sido acompanhada por uma rápida erosão das posições dos grupos superiores, conseguidas no *boom* anterior; entretanto, o padrão da distribuição de 1982 é semelhante ao que prevaleceu em 1980. Por outro lado, na Costa Rica a relativa melhoria concentrou-se em geral entre empregados e pode ter sido contrabalançada por uma mudança na distribuição do autônomo, dentro do contexto geral de relativa estabilidade na distribuição total, a despeito das rápidas quedas das rendas reais. Na Costa Rica, como na região dos Andes da Venezuela, as melhorias na distribuição urbana-rural conjunta se devem em parte ao relativamente melhor desempenho das famílias agrícolas. Isto também sublinha a possibilidade de que a distribuição conjunta das rendas urbanas seja mais estável do que se acredita atualmente.

e. Existe um grande contraste entre as situações nacionais, mas a questão de quais grupos sócio-econômicos vivem mal e quais grupos vivem melhor aparentemente liga-se mais com a posição institucional

e oportunidades, e ainda com a orientação social da política econômica, do que com a direção e o grau do impacto imediato da recessão. Na Colômbia, onde as rendas se elevaram, assim como no Panamá e na Venezuela, onde as rendas reais caíram, famílias chefiadas por operários e mesmo por trabalhadores manuais autônomos (incluindo-se aqueles de atividades informais) melhoraram sua posição relativa na distribuição total da renda; famílias de empregados de escritórios mantiveram mais ou menos a sua posição; os grupos em melhor situação (empregadores, profissionais autônomos e mesmo empregados profissionais, técnicos e executivos) retrocederam relativamente na distribuição total. Por outro lado, aconteceu o oposto no Chile e na Costa Rica: estes grupos melhoraram sua posição relativa num contexto de rendas em geral em deterioração. O contraste entre as mudanças ocorridas nesses dois países e aquelas de Caracas, onde também houve uma grande queda de rendas reais, quanto a este aspecto, é revelador.

f. A análise comparativa realizada sugere que, quando os interesses com o bem-estar são prioritários na orientação do programa social e econômico, e quando existem participação representativa e oportunidades institucionalizadas, as famílias como um todo e os que se acham em situação de desvantagem em particular recebem uma proteção mais eficaz contra os impactos econômicos imediatos. A reflexão sobre a situação na Colômbia, Panamá e Venezuela durante o período crítico ressalta a possibilidade em cada estágio de "amortecer" os impactos sucessivos procedentes do exterior ao nível da atividade econômica interna, das rendas familiares, das camadas populares e dos pobres. Por outro lado, o caso costarricense ilustra esses exemplos, em que a profundidade da crise solapa tais defesas em nome de austeras políticas de ajustamento.

g. As estratégias de subsistência não

parecem mudar drasticamente em termos imediatos. Talvez as dimensões das mudanças nas estratégias das famílias chilenas e costarriquenhas restrinjam a magnitude de suas estratégias de ajustamento de curto prazo.

h. Em geral, a queda das rendas reais e o aumento de desemprego envolveram, de um lado, o deslocamento de chefes de família do emprego para o desemprego, mas também, em alguns casos, para a inatividade. Por outro lado, este padrão recebeu o complemento, no Chile e na Costa Rica, de elevações nas taxas de participação de outros membros de família, mesmo resultando num aumento do número de desempregados. Inversamente, na Venezuela, os principais deslocamentos foram do emprego para a inatividade, baixando as taxas de participação de chefes de família e de outros membros. Na situação da Colômbia, de aumento de rendas familiares, os ajustamentos também levaram a uma diminuição da participação de chefes de família em atividades econômicas, mas, nesse caso, encontrando a oposição de um aumento nas taxas de participação de outros membros, em geral para o desemprego.

i. Os ajustamentos nas estratégias de subsistência das camadas urbanas pobres em cada país, com respeito à sua participação na força de trabalho e aos deslocamentos para o desemprego, correspondem, aproximadamente, aos padrões gerais anteriormente delineados, diferindo das famílias da camada média apenas nas proporções implicadas.

j. Em face do aumento do desemprego, o acesso à instrução parece ser uma alternativa válida para membros de família de idade ativa nas camadas média e média-alta, se as oportunidades oferecidas pela estrutura institucional a transforma numa estratégia viável, como é o caso na Venezuela. Isto, porém, não parece ser a

alternativa para as camadas urbanas pobres.

k. O agravamento da pobreza afetou as famílias com um grande número de filhos, entre as quais, no início, a incidência de pobreza era maior. Por outro lado, na Colômbia, onde a pobreza diminuiu, esses grupos de famílias em condições desvantajosas receberam grande proteção. A situação de famílias com um número grande de filhos parece ter se agravado no Panamá e também nos Andes, no contexto de reduções na incidência geral de pobreza. Isso sugere a hipótese de que estes tipos de família constituam um "núcleo de resistência" de pobreza, onde a situação oferece dificuldades maiores do que nos outros tipos de famílias.

l. A proporção de crianças pequenas e crianças na idade escolar em pobreza é sempre maior do que a proporção de famílias pobres; existem também mais crianças na pobreza entre as que pertencem a famílias cujos chefes são mulheres ou adultos com pouca instrução. Nos exemplos em que a pobreza aumentou, as crianças de todas as idades e pertencentes a todos os tipos de família parecem ter sido afetadas. Entretanto, há razão para suspeitar-se de que, em tais situações, as crianças pequenas sofreram mais do que indicaram as proporções relacionadas: em algumas das famílias em circunstâncias mais desvantajosas, quando diante de uma situação econômica mais austera e da necessidade de ajustar drasticamente as estratégias de subsistência, pode haver uma tendência para a deterioração dos cuidados para com as crianças e uma discriminação acentuada contra crianças pequenas na distribuição interna de recursos. Inversamente, nos exemplos em que a minoração da pobreza progrediu, como na Colômbia, Panamá e nos Andes, as proporções de crianças pequenas na pobreza reduziram-se relativamente mais do que as proporções de famílias pobres, ilustrando quanto é crucial a redução da pobreza para o destino da criança.

Referências Bibliográficas

- Altimir, Oscar. "The extent of poverty in Latin America". World Bank Staff Working Papers N.º 522 (Washington, D.C.: Banco Mundial, março de 1982).
- Altimir, Oscar. "Income distribution statistics in Latin America and their reliability" ensaio apresentado na 18.ª Conferência Geral IARIW, Luxemburgo, 21-27 de agosto de 1983 (junho de 1983).
- Altimir, Oscar e Juan Sourrouille. "Measuring levels of living in Latin America: an overview of main problems" *Living Standards Measurement Study*, Working Papers N.º 3 (Washington, D.C.: Banco Mundial, outubro de 1980).
- CEPAL, "Las encuestas de hogares en América Latina", *Cuadernos de la CEPAL*, N.º 44 (Santiago, Chile: 1983).
- Ffrench-Davis, Ricardo. "El experimento monetarista en Chile: una síntesis crítica" in *Desarrollo Económico* Buenos Aires, Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES)/, N.º 99, Vol. 23 (julho-setembro de 1983); publicado em inglês como "The monetarist experiment in Chile", *World Development*, Vol. 11, N.º 11 (novembro de 1983).
- Foxley, A. "Experimentos neo-liberales en América Latina" *Colección CIEPLAN* (7 de março de 1982). (Versão inglesa pela University of California Press).
- Foxley, Alejandro e Dagmar Raczyński, Grupos Vulnerables en Situaciones Recesivas: El Caso de los Niños y Jóvenes en Chile (Santiago, Chile: Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica (CIEPLAN), 1983).
- Singer Hans W. "North-South multipliers" *World Development*, Vol. 11, N.º 5 (maio de 1983).
- Banco Mundial, *World Development Report 1983* (Nova York: Oxford University Press, julho de 1983).